



PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL

POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

setembro/2024

POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública surge enquanto **área do conhecimento e disciplina acadêmica** ligada às ciências políticas em meados do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA), com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos

Em democracias estáveis, as ações dos governos podem ser formuladas cientificamente e analisadas por agentes independentes.

Charles Lindblom (1959) - "Relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório"

David Easton (1965) - "a formulação e implementação de como as políticas públicas sofrem influência direta dos grupos de interesse, da mídia e dos partidos políticos".

Thomas Dye (1984) define política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" mediante a um determinado problema.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Souza (2006) observa que o processo de formulação de política pública é aquele por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados no mundo real.

O Estado (em todas as suas esferas) não é o único ator envolvido no desenvolvimento e implantação de políticas públicas.

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, deve-se responder as demandas históricas de promoção da igualdade social e desenvolvimento econômico sustentável em todas as suas esferas.

A administração pública precisa se aperfeiçoar e agir para atender as necessidades da sociedade e acompanhar a evolução tecnológica. Neste contexto podemos destacar os aspectos de Governabilidade e Governança.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Denhart (2000) - A governança pública deve servir ao invés de dirigir, e o conceito de administração pública deve ser focada no modelo de gestão para a sociedade. Para tanto, deve estar calcada na participação social em todas suas etapas: elaboração; decisão; implementação; controle e monitoramento; e, principalmente, garantir a legitimidade do exercício do poder.

"A compreensão sobre questões ambientais impõe a necessidade de estudos interdisciplinares que articulem diversos olhares, com vistas a obter um conhecimento integrado desta complexa problemática. Isto significa pensar de outras formas os desafios identificados, compartilhando conceitos e metodologias particulares, para então, construir novos métodos que tratem estas questões sob um ponto de vista novo e abrangente."

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

CIDADE DE SÃO PAULO

CÓDIGO DE POSTURAS (1875 E AMPLIADO EM 1886)

A preocupação central era a demarcação do espaço público e a normatização de sua circulação.

Artigo VII, intitulado “**Da higiene e salubridade pública**” - preocupação com a organização dos lugares da cidade.

Art. 82 – Quando chegar ao conhecimento do fiscal que, dentro de alguma casa ou quintal, existem objetos em tal estado que possam prejudicar a saúde pública, pedirá licença para inspecionar, e se porventura, o fiscal reconhecer a veracidade do fato, intimará o morador ou proprietário para, dentro de 24h, removê-los. Caso a inspeção seja negada por má vontade, o fiscal procurará o auxílio da autoridade policial, a fim de proceder a vistoria. O morador ou proprietário, em cuja casa se verificar a existência de tais objetos, sofrerá a **multa de 5\$**. Parágrafo único – Qualquer vizinho que for incomodado pelas exalações nocivas de tais objetos e imundícies, dará parte ao fiscal facilitando-lhe os exames necessários para melhor atender à sua reclamação.

Art. 96 – É proibido queimar nas ruas, largos ou pátios da cidade e povoações, palhas, cestos, barricos, lixo ou quaisquer cousas que possam **corromper a atmosfera**.

Art. 98 – A Câmara designará os lugares próprios para neles ser feito o depósito de lixo e terra, afastando o mais possível das proximidades da cidade.

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

1º CÓDIGO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1894 - promulgado o primeiro Código Sanitário do Estado, com mais de quinhentos artigos sobre procedimentos de higiene e saúde pública. Regulamentava o espaço privado e o espaço público: ruas, praças, habitações, fábricas, oficinas etc. Estendia as normas de higiene para outras esferas dos habitantes da cidade de forma mais rigorosa do que as Posturas Municipais.

O Código estabelece como norma básica o afastamento dos centros urbanos ou populosos de tudo aquilo que pudesse depor contra os preceitos de civilidade e, conseqüentemente, de higiene.



Dando São Paulo uma população de 200.000 mil habitantes, pode-se calcular a sua produção média de lixo em 10.000 kilos, ou 120 toneladas diárias. (Revista Médica de São Paulo, n.9, 15 set. 1900, p.231).

E no Brasil...ações

1876 - André Rebouças sugere a criação de parque nacionais na Ilha do Bananal e em Sete Quedas

Um dos mais importantes articuladores do movimento Abolicionista

1937 - O parque nacional de Itatiaia é criado

1972 - A delegação brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está "aberto a poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e emprego"

1973 - A secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA – é criada no âmbito do Ministério do Interior.



André Rebouças –
engenheiro,
inventor e
abolicionista

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

BRASIL

No Brasil, as políticas ambientais surgem na **década de 30** pela necessidade de se criar uma base regulatória mediante a urgência da industrialização do país, por meio da instituição de códigos e medidas administrativas, como por exemplo:

O Código das Águas, o Código da Mineração e o Código Florestal

1934

1973

Inicia-se o controle de poluição industrial com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)

Política Nacional do Meio Ambiente

Art 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos **Municípios** no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico.

1981



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

BRASIL

O Conama foi criado em 1981, pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente no 6.938/81. As atividades do Conama se iniciaram com a regulamentação dada pelo decreto n. 88.351/83. A partir de 1992, o Conama passa a ser vinculado ao MMA.

O **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**, criado em novembro de 1992, tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.

1988

1981

1992

Constituição Federal

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos ...

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos **Municípios**, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

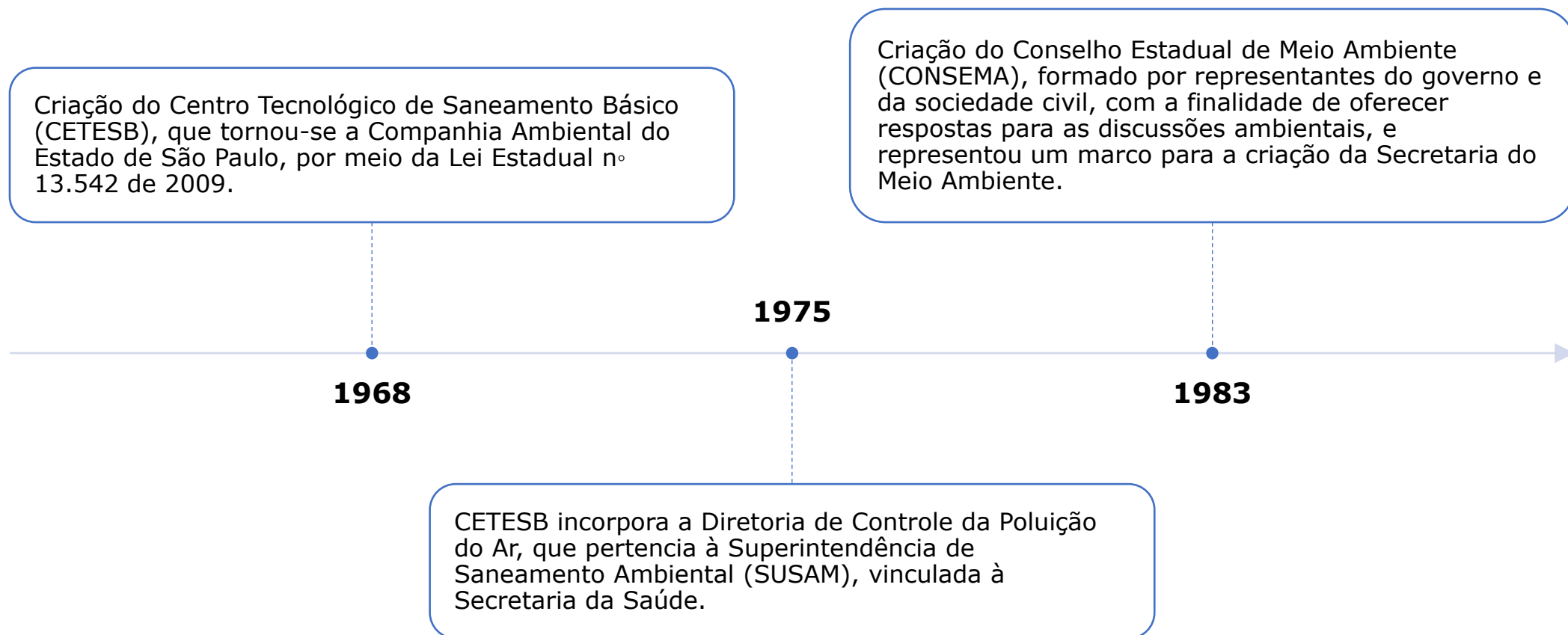
§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA.

HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

SÃO PAULO



HISTÓRICO LEGAL - POLÍTICAS AMBIENTAIS

SÃO PAULO

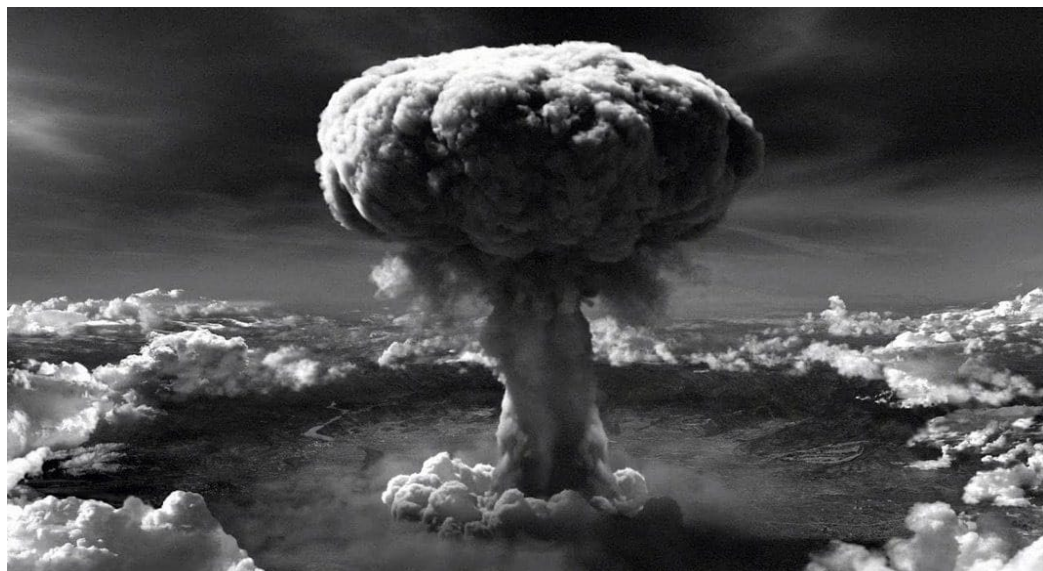
1986 - no Governo Montoro, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente por meio do Decreto Estadual nº 24.932, com os seguintes objetivos:

- (I) promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;
- (II) coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente;
- (III) promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente;
- (IV) incentivar o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;
- (V) estimular a realização de atividades educativas e a participação da comunidade no processo de preservação do meio ambiente.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas

Como começaram os movimentos ambientalistas?

- ✓ **Explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki iniciaram movimentos ambientalistas expressivos – perigos das bombas atômicas.**
- ✓ **Primeira vitória ambientalista - 1962 ocorre a proibição parcial de testes nucleares - tratado entre os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha.**





Movimento Ambientalista e Convenções mundiais sobre Sustentabilidade

- ✓ Décadas de 1960 e 1970 - discussões sobre a questão ambiental - novas propostas sobre como produzir, consumir, coexistir e organizar-se em sociedade.
- ✓ Ameaças de degradação do planeta, extinção de diversas espécies e redução da qualidade de vida dos seres humanos
- ✓ Problemas ambientais - ligados à economia, cultura e à política - conflito entre o padrão econômico do livre comércio e o desenvolvimento sustentável.

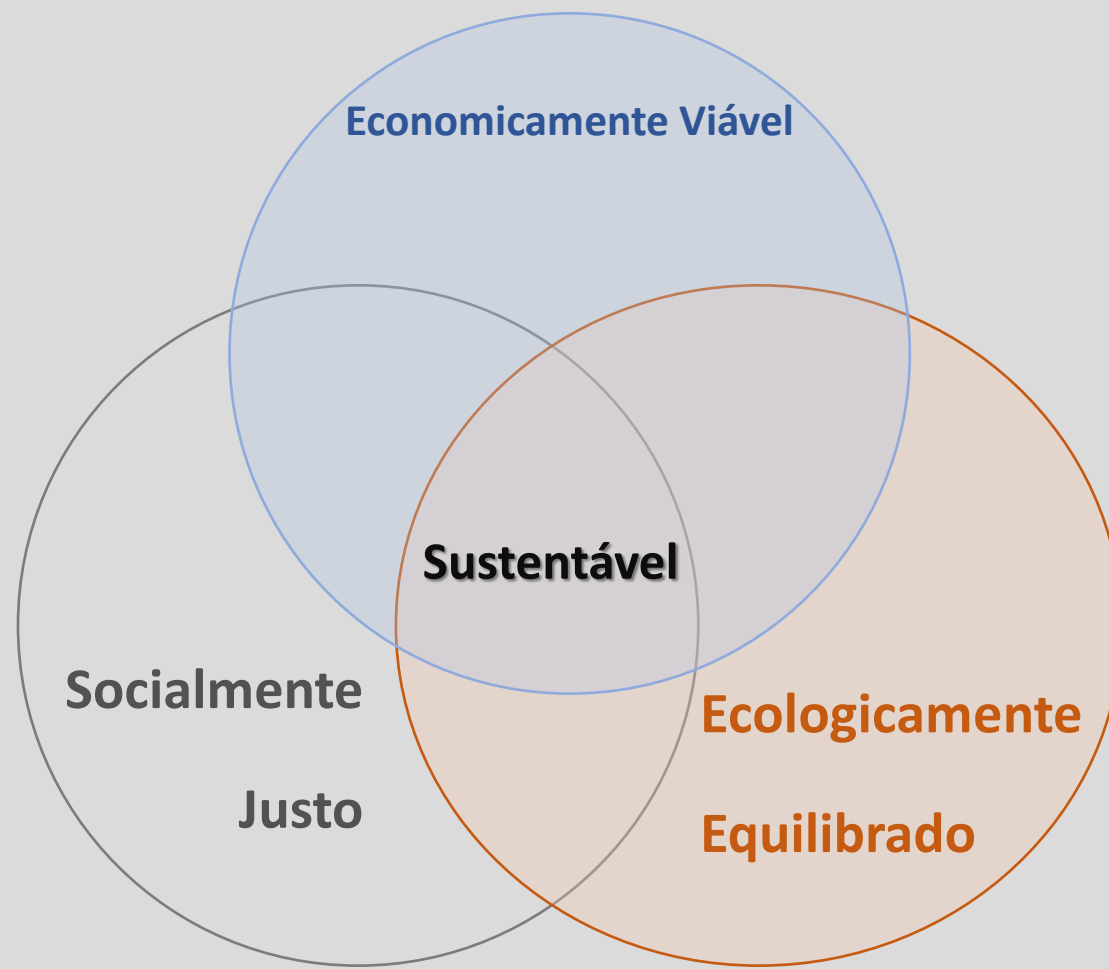
- 
-
- ✓ Relacionou-se a pobreza, ao subdesenvolvimento que, juntamente com o crescimento populacional desenfreado dos países mais pobres (normalmente em áreas de maior diversidade ecológica), impulsiona a devastação dos recursos naturais.
 - ✓ A capacidade de consumo dos países mais ricos, (25 vezes maior que a de países em desenvolvimento) afeta, as fontes de recursos naturais.
 - ✓ Encontros nacionais e internacionais foram realizados e diversos documentos que marcaram a história do movimento ambientalista foram publicados.



SUSTENTABILIDADE

O termo “**sustentabilidade**” foi incorporado nos discursos políticos e econômicos, com o objetivo de criar uma nova perspectiva de modelo de produção e consumo que garantisse a satisfação das necessidades atuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Essa foi a definição elaborada pela Comissão Brundtland, em 1987, por meio da publicação do relatório “**Nosso Futuro Comum**”.

SUSTENTABILIDADE



Relatório Brundtland

O relatório **Brundtland** indicou que a **pobreza** dos países do **terceiro mundo** e o **consumismo** elevado dos países do **primeiro mundo** eram causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, conseqüentemente, produziam graves crises ambientais



Linha do tempo

1962 - Publicação do livro "Primavera Silenciosa" Rachel Carlson – DDT.

1968 - Clube de Roma - promover um crescimento econômico estável e sustentável da humanidade. Formado por cientistas, economistas, políticos, chefes de estado e até mesmo associações internacionais. Relatório "Os Limites do Crescimento" - a perda de terras através e da escassez de recursos energéticos.

1972 - Conferência sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas (Conferência de Estocolmo) - surge pela primeira preocupação com as questões ambientais a nível mundial.

1979 - Hans Jonas exprime a sua preocupação no livro "Princípio de Responsabilidade". filósofo alemão



Linha do tempo

Protocolo de Montreal - 1987

O Protocolo de Montreal é um tratado internacional que visa proteger a camada de Ozônio por meio da eliminação da produção e do consumo das substâncias responsáveis por sua destruição

O Brasil é um dos países signatários.

Os países se comprometem a reduzir os CFC

É destacável também que o uso de etiquetas nos produtos que não usam mais CFC tem se tornado uma forma de marketing, de forma a mobilizar consumidores para uma compra mais ecológica, ou seja, menos degradante



1980 - União Internacional para a Conservação da Natureza - relatório "A Estratégia Global para a Conservação" onde surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

1992 - Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento - nasce a Agenda 21. Convenção sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica e a Declaração de Princípios sobre Florestas.

1997 - 3^a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Kyoto, - Protocolo de Kyoto.

2000 - Líderes mundiais na sede das Nações Unidas aprovaram a Declaração do Milênio - Acabar com a extrema pobreza, a fome, erradicar doenças e fomentar novas bases para o desenvolvimento sustentável dos povos – 2015

2002 - Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10)
- desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e proteção ambiental.

2004 - A sétima reunião ministerial da Conferência sobre Diversidade Biológica foi celebrado com a **Declaração de Kuala Lumpur** - não estabelece um compromisso claro dos países industrializados para financiar os planos de conservação da biodiversidade – países pobres - alto custo de se manter uma rede de espaços naturais protegidos.

2009 - I Fórum Internacional do Condomínio da Terra – Declaração de Gaia (Defende a gestão do Planeta como a de um condomínio)

2012 - Conferência das nações Unidas sobre desenvolvimento Sustentável Rio+20 - renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

2015 – Acordo de Paris - Passou a estabelecer um mecanismo para assegurar que o crescimento da temperatura global média será abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, cabendo a cada país signatário, no seu âmbito interno, estabelecer e determinar quais serão suas Contribuições Nacionais Determinadas



Linha do tempo

Agenda 21 Global

Agenda 21 Global

A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como **Rio 92, “Cúpula da Terra”** por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes.

179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “**Agenda 21**” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A **Agenda 21** pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de **proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica**.



Linha do tempo

Protocolo de Kyoto - 1997

Um dos principais acordos mundiais relacionados à diminuição da emissão de gases à atmosfera

Incentiva:

- ✓ Reformar os setores de energia e transportes;
- ✓ Promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- ✓ Eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;
- ✓ Limitar as emissões de **metano** no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos;
- ✓ Proteger florestas e outros sumidouros de **carbono**.

Protocolo de Kyoto - 1997

CRIA



MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO - MDL

Flexibilização para auxiliar o processo de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono (ou sequestro de carbono) por parte dos países em desenvolvimento

O Protocolo de Quioto criou em seu artigo 12, entre outros, um instrumento de mercado de compensação de emissões de gases de efeito estufa denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Os Projetos de MDL, como são conhecidos, geram redução de **emissões certificáveis e quantificáveis**, denominadas Reduções Certificadas de Emissões (RCE). Estas RCE podem ser comercializadas entre as Partes que não possuem metas de redução e as que possuem, as quais podem utilizar tais créditos como forma de cumprimento de suas metas.

- • **Código florestal, lei 12.651/12**
- “Art. 3 (...) XXVII - **crédito de carbono**: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável” Esta mesma lei também já prevê um mercado de pagamentos por serviços ambientais, sendo que os projetos florestais de redução de emissões (REDD) estão entre os projetos previstos para tais mercados:
- Art. 41. (...) I - **pagamento ou incentivo a serviços ambientais** como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente; a) **o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; (...)**
- § 5º O programa relativo a serviços ambientais previsto no inciso I do caput deste artigo deverá integrar os sistemas em âmbito nacional e estadual, objetivando a **criação de um mercado de serviços ambientais.**

ODS 2030

Em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



DESASTRES AMBIENTAIS RELEVANTES

1978 – EUA

Disposição de resíduos industriais e posteriormente ocupação indevida e contaminação de águas no bairro de Love Canal, em Niágara Falls



1979 – EUA

Acidente, na usina de Three Mile Island no estado da Pensilvânia;
Sem vítimas diretas

Levantou a discussão em torno do uso da energia nuclear



Grande mobilização por parte da população do país e dando início às discussões acerca do descaso das entidades governistas com as populações de baixa renda

DESASTRES AMBIENTAIS RELEVANTES

1976 – Seveso (Itália)

Tanques da indústria química ICMESA romperam, liberando vários quilogramas da dioxina ; 676 pessoas contaminadas; 79 mil animais mortos (sendo mais de 75 mil sacrificados)

1982, Diretiva de Seveso, tendo como principais objetivos **prevenir acidentes envolvendo substâncias perigosas** e limitar as consequências desses para o ser humano e o meio ambiente

1984 – Bophal (Índia)

Vazamento de gases tóxicos remanescentes de uma indústria de agrotóxicos; Por volta de 4.000 mortes e cerca de 200.000 pessoas intoxicadas

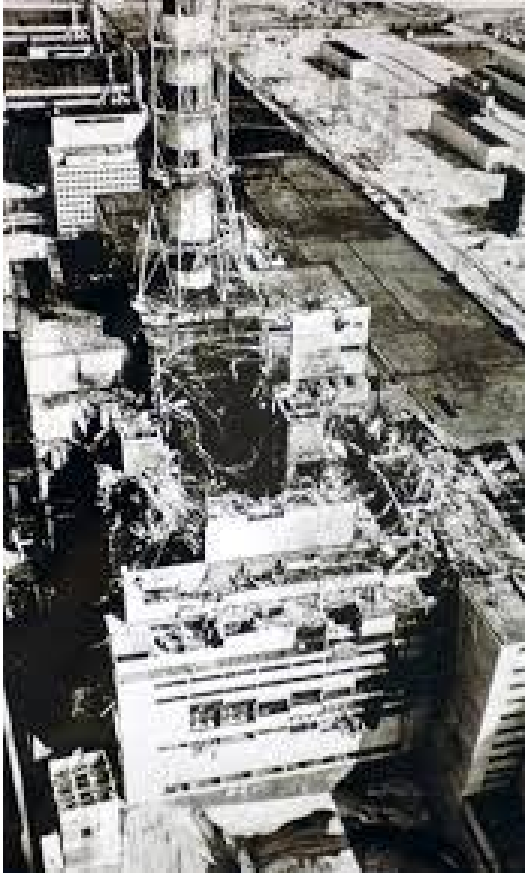


1985, aconteceu na Áustria a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. Essa Convenção foi complementada pelo Protocolo de Montreal em 1987, que prescreve padrões para a redução progressiva (fabricação e consumo) de produtos nocivos à camada de ozônio

<https://www.youtube.com/watch?v=xy2qOtc1q4>

<https://www.youtube.com/watch?v=YMhmcbecB9Y>

DESASTRES AMBIENTAIS RELEVANTES



1986 – Chernobyl (Ucrania)

Maior acidente nuclear da história; "23% do território bielorrusso foi contaminado e, com isso, o país perdeu cerca de 264 mil hectares de terras cultiváveis por conta da radiação. Além disso, $\frac{1}{4}$ das florestas bielorrussas foram contaminadas e, atualmente, entre um e dois milhões de pessoas vivem em território contaminado.

31 mortos (diretamente)
+ 15 mortos (indiretamente, até 2011)
+ 6 000 casos de câncer de tireoide
+4 000 fatalidades a longo prazo no mundo soviético

Convenções de produtos químicos e resíduos

Convenção de Estocolmo – 2011

Banir e restringir o uso e substâncias químicas classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

Convenção de Basileia – 1989 (Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito)

Promover o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos perigosos e outros resíduos internamente nos países parte, para que com isto possa ser reduzida a sua movimentação.

Convenção de Roterdã – 1998

Controle do movimento transfronteiriço de produtos químicos perigosos

Convenção de Minamata – 2013 (Riscos do uso de mercúrio)

Proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões e liberações antropogênicas de mercúrio e compostos de mercúrio, e estabelecendo um conjunto de medidas para atingir esse objetivo

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas

Disponível no Portal de Educação Ambiental da Semil



Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1968	Conferência da Biosfera (Paris)	O Homem e a Biosfera (Evento científico na sede da Unesco) Utilização racional pelo uso dos recursos naturais	Rede Brasileira de Reservas da Biosfera
1971	Conferência das Zonas Unidas (Ramsar)	Convenção de Ramsar	DECRETO Nº 1.905, DE 16 DE MAIO DE 1996. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1972	Conferência sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo (Estocolmo)	Declaração das Nações Unidas sobre meio ambiente: proclamação de princípios- Criação do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano
1973	Convenção sobre Comércio Internacional de Flora e Fauna Selvagens (Cites) (Washington)	Convenção das Cites	DECRETO No 3.607, DE 21 DE SETEMBRO DE 2000. Dispões sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e dá outras providências.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1975	Conferência de Educação Ambiental (Belgrado)	Carta de Belgrado	Carta de Belgrado (Portal MEC)
1977	Conferência de Mar del Plata	Plano de Ação e Década Internacional da Água	O Direito Humano à Água e ao Saneamento
1977	Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental ou Conferência de Tbilisi (Tbilisi)	Princípios de Educação Ambiental	Educação ambiental: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi / organizado pela UNESCO. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1977	Conferência de Desertificação (Nairóbi)	Plano de Ação Contra a Desertificação	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil.
1982	Conferência de Nairóbi Aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) – Jamaica	Declaração de Nairóbi	Declaração de Nairóbi Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar DECRETO Nº 99.165, DE 12 DE MARÇO DE 1990. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1985	Convenção de Viena sobre a camada de ozônio	Protocolo de Montreal (1987)	DECRETO No 99.280, DE 6 DE JUNHO DE 1990. Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.
1987	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Nosso Futuro Comum, também conhecido como relatório Brundtland. Desenvolveu o tema do desenvolvimento sustentável.	Nosso Futuro Comum - Relatório

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1988	-	Documento Nosso Futuro Comum	Nosso Futuro Comum - Relatório
1992	Conferência Internacional da Água e Meio Ambiente (Dublin)	I. Declaração de Dublin II. Programa de Ação	Declaração de Dublin

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1992	-Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Cúpula da Terra – ECO 92 ou Rio 92 (Rio de Janeiro). -Adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).	I. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) II. Convenção sobre Diversidade Biológica III. Declaração de Florestas IV. Agenda 21 V. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	I. Convenção sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) II. Convenção sobre Diversidade Biológica III. Declaração de Florestas IV. Agenda 21 Global (mma.gov.br) V. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1995	Primeira Conferência das Partes – COP-1 (Berlim, Alemanha)	Encontro anual dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Espaço para o diálogo e a cooperação entre os países e territórios com o objetivo de diminuir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) e conter o aquecimento global.	
1996	COP-2 (Genebra, Suíça)		

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1997	Conferência da Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP-3, Kyoto, Japão)	Protocolo de Kyoto	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2002. Aprova o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 14 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.</u>

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
1998	COP-4 (Buenos Aires, Argentina)		
1999	COP-5 (Bonn, Alemanha)		
2000	-Declaração do Milênio -COP-6 (Haia, Holanda e Bonn, Alemanha)	Proposição dos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
2001	COP-7 (Marrakesch, Marrocos)	Acordos de Marraqueche	

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2022	– Conferência para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Johanesburgo) – COP-8 (Nova Délhi, Índia)	Declaração de Johanesburgo	Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável
2003	COP-9 (Milão)		
2004	COP-10 (Buenos Aires)		
2005	COP-11 (Montreal, Canadá)		

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2006	COP-12 (Nairóbi, Quênia)		
2007	COP-13 (Bali, Indonésia)		
2008	COP-14 (Poznan, Polônia)		
2009	COP-15 (Copenhague, Dinamarca)		

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2010	Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (Nagoya)	Protocolo de Nagoya	Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica
	COP-16 (Cancún, México)	Fundo Verde para o Clima (GCF)	DECRETO Nº 11.865, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmado pela República Federativa do Brasil em Nova Iorque, em 2 de fevereiro de 2011.

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2011	COP-17 (Durban, África do Sul)	Plataforma de Durban	
2012	Conferência para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 (Rio de Janeiro) - COP-18 (Doha, Catar)	I. O Futuro que Queremos II. Proposição dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	O Futuro que queremos – Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20)
2013	COP-19 (Varsóvia, Polônia)		
2014	COP-20 (Lima, Peru)	Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima	

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2015	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 21 – Paris, França)	Protocolo de Paris	Acordo de Paris
2016	COP-22 (Marrakech, Marrocos)	Ratificação do Acordo de Paris e início da sua implementação.	Acordo de Paris

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2017	COP-23 (Bonn, Alemanha) Conferência do Oceano (Nova Iorque)	No período de 2021 a 2030, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, estabeleceu, em 5 de dezembro de 2017, a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável ou Década do Oceano	
2018	COP-24 (Katowice, Polônia)		

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2019	Cúpula de Ação Climática da ONU		
	COP-25 (Madri, Espanha)		
2021	Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática – COP-26	Pacto Climático de Glasgow	
	Conferência do Oceano (Lisboa)		

Linha do Tempo das principais Conferências e eventos da área ambiental na esfera das nações unidas e os principais documentos resultantes

Ano	Evento e Local	Principal Documento	Links relacionados
2022	COP-27 – Sharm El-Sheikh – Egito	Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh. Criação do Fundo de Perdas e Danos.	Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh
2023	COP-28 (Dubai, Emirados Árabes) Conferência da ONU sobre a Água (Nova Iorque)		
2024	Conferência da Década do Oceano (Barcelona – Espanha)		

PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL



município
verdeazul

Coordenação: André Luiz Fernandes Simas

Endereço: Avenida Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3133-4186

E- mail: municipioverdeazul@sp.gov.br